

EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA

Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Administradores e aos Acionistas da
EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA (“Companhia” ou “PPSA”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PPSA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia presta serviços de gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo MME; serviços de gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União; e serviços de representação da União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes nos casos em que as jazidas da área do pré-sal e das áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas pelo regime de partilha de produção, exercendo outras atividades necessárias ao cumprimento de seu objeto social, conforme definido no estatuto, doravante referidos como “serviços de gestão de contratos e representação da União”. Em dezembro de 2021, um novo contrato foi assinado, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2022. Após, em 31 de agosto de 2022, assinou-se um aditivo do contrato de remuneração com o MME, cujo prazo de vigência foi estendido até 30 de junho de 2023. Em 22 de junho de 2023, assinou-se o segundo aditivo do contrato de remuneração com o MME com a inclusão dos quatro novos contratos de partilha de produção, fruto do leilão da oferta permanente realizado em dezembro passado, e prorrogando o prazo do contrato por 12 meses, estendendo a sua vigência até 30 de junho de 2024. Em 22 de dezembro de 2023, o MME emitiu o Ofício nº 8/2023/DEPG/SNPGB-MME em seu primeiro parágrafo ratificando as tratativas de renovação do Contrato de Remuneração nº 28/2021, firmado entre este Ministério e a PPSA, com vigência até 30 de junho de 2024, bem como iniciar as tratativas de atualização do contrato entre MME e PPSA, relativamente à remuneração pela gestão e representação da União nos contratos de partilha da produção.

A PPSA não possui quaisquer outras fontes regulares de receitas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, a administração julga não existirem incertezas significativas relacionadas a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto a sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante auditoria, ou de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada pela administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. A fim de formar uma opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a PPSA continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a PPSA, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da PPSA têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Temos o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supramencionadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da PPSA;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da PPSA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a PPSA a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis – inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante este trabalho.

Barueri, 29 de fevereiro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Eser Helmut Amorim
Contador CRC 1SP 307.736/O-5

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

CNPJ 18.738.727/0001-36

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	181.641	144.507
Impostos a recuperar ou compensáveis	10	23	417
Adiantamentos a empregados	11	20	87
Adiantamentos a terceiros	12	-	82
Depósitos judiciais	29	-	604
Despesas antecipadas	13	316	1.183
Comercialização de óleo e gás da União	14	2.140.603	1.827.103
(-) Eliminações das operações de comercialização da União		<u>(2.140.603)</u>	<u>(1.827.103)</u>
Total do ativo circulante		<u>182.000</u>	<u>146.880</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Adiantamentos a terceiros	12	80	-
Impostos a recuperar ou compensáveis	10	141	3.091
Direito de uso - arrendamentos	16	896	3.606
Comercialização de óleo e gás da União	14	40.028	-
(-) Eliminações das operações de comercialização da União		<u>(40.028)</u>	<u>-</u>
		<u>1.117</u>	<u>6.697</u>
Imobilizado	15.a	3.296	4.776
Intangível	15.b	13.845	14.098
		<u>17.141</u>	<u>18.874</u>
Total do ativo não circulante		<u>18.258</u>	<u>25.571</u>
Total do ativo		<u>200.258</u>	<u>172.451</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.

Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

CNPJ 18.738.727/0001-36

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	17	2.718	1.350
Honorários e encargos a pagar		-	82
Impostos e contribuições a recolher	18	3.894	3.641
Provisão de férias e 13º salário	19	3.733	3.721
Obrigações por cessão de pessoal	20	76	44
Dividendos a pagar	21	8.084	3.887
Arrendamento mercantil	16	1.096	2.150
Comercialização de petróleo e gás natural da União	14	1.540.625	1.827.103
(-) Eliminações das operações de comercialização da União		(1.540.625)	(1.827.103)
Total do passivo circulante		19.601	14.875
Passivo não circulante			
Fornecedores	17	8.321	9.804
Arrendamento mercantil	16	213	1.605
Comercialização de petróleo e gás natural da União	14	640.006	-
(-) Eliminações das operações de comercialização da União		(640.006)	-
Total do passivo não circulante		8.534	11.409
Patrimônio líquido	22		
Capital social		93.333	93.333
Reserva legal		8.437	6.735
Reserva de retenção de lucros		70.353	46.099
Total do patrimônio líquido		172.123	146.167
Total do passivo e patrimônio líquido		200.258	172.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

CNPJ 18.738.727/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita líquida de serviços	23	110.879	78.080
Custo dos serviços prestados	24	(53.666)	(49.042)
Lucro bruto		57.213	29.038
Despesas operacionais	25	(24.581)	(23.226)
Outras receitas operacionais		10	-
Lucro antes do resultado financeiro		32.642	5.812
Resultado financeiro	26	19.976	15.941
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social		52.618	21.753
Provisão para o imposto de renda e contribuição social	27	(18.579)	(5.386)
Lucro líquido do exercício		34.039	16.367
Lucro por lote de mil ações		0,68	0,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

CNPJ 18.738.727/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	34.039	16.367
Resultado abrangente do exercício	<u>34.039</u>	<u>16.367</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA
CNPJ 18.738.727/0001-36
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>				Total
	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	93.333	5.916	34.438	-	133.687
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.367	16.367
Reserva legal	-	819	-	(819)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(3.887)	(3.887)
Reserva de retenção de lucros	-	-	11.661	(11.661)	-
					-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	93.333	6.735	46.099	-	146.167
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.039	34.039
Reserva legal	-	1.702	-	(1.702)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(8.084)	(8.084)
Reserva de retenção de lucros	-	-	24.253	(24.253)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	93.333	8.437	70.353	-	172.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

CNPJ 18.738.727/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		34.039	16.367
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa			
Receitas financeiras (juros sobre tributos a recuperar)		(254)	(472)
Perdas (Ganhos) cambiais em atividades operacionais		(550)	(1.114)
Depreciação e amortização		11.616	7.654
Amortização direitos de uso		1.582	2.112
Juros sobre passivo de arrendamento		684	181
Baixa de depreciação referente a devolução imobilizado		(14)	-
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado		5	-
Outros (ICMS DIFAL sobre devolução imobilizado)		5	-
		<u>47.113</u>	<u>24.728</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Impostos a recuperar ou compensáveis		3.597	1.085
Adiantamentos a empregados	11	67	48
Adiantamento a terceiros	12	2	(1)
Depósitos judiciais		604	-
Despesas antecipadas	13	867	1.590
		<u>5.137</u>	<u>2.722</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(5.380)	(5.745)
Honorários e encargos a pagar		(82)	(120)
Impostos e contribuições a recolher	18	254	1.429
Provisões para férias e 13º salário	19	13	191
Obrigações por cessão de pessoal	20	32	(27)
		<u>(5.163)</u>	<u>(4.272)</u>
		<u>47.087</u>	<u>23.178</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais			
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de imobilizado	15a	(162)	(139)
Aquisição de intangível		(4.035)	(2.177)
Recebimento pela devolução de imobilizado		133	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(4.064)</u>	<u>(2.316)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento de dividendos	21	(3.887)	-
Arrendamento mercantil	16	(2.002)	(2.046)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(5.889)</u>	<u>(2.046)</u>
		<u>37.134</u>	<u>18.816</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa			
Demonstração da variação líquida			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	144.507	125.691
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	181.641	144.507
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>37.134</u>	<u>18.816</u>
Transações relevantes que não afetam caixa:			
Remensuração do direito de uso e passivo de arrendamento	16	1.128	-
Aquisição de intangível à prazo		5.859	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA**

CNPJ 18.738.727/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas	129.305	91.055
Faturamento	129.305	91.055
Insumos	(18.165)	(20.225)
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	(18.165)	(20.225)
Valor adicionado bruto	111.140	70.830
Depreciação e amortização	(13.113)	(9.721)
Valor adicionado líquido produzido	98.027	61.109
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	21.487	18.376
Outras receitas	10	-
Valor adicionado total a distribuir	119.524	79.485
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	38.510	35.801
Remuneração direta	34.847	32.533
Benefícios	849	809
FGTS	2.814	2.459
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	46.132	27.190
Federais (inclui a contribuição previdenciária)	39.667	22.637
Municipais	6.465	4.553
Remuneração do capital de terceiros	843	127
Aluguéis	5	8
Outras	25	13
Juros	813	106
Remuneração dos capitais próprios	34.039	16.367
Lucro líquido do exercício	34.039	16.367
Valor adicionado total distribuído	119.524	79.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

Notas Explicativas às demonstrações contábeis findo em 31 de dezembro de 2023 -
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A – PPSA (“Pré-Sal Petróleo” ou “Companhia”), com Escritório Sede situado na SBS, Quadra 2, nº 12, Bloco E, Sala 206, Sobreloja, Parte U12, Asa Sul, Brasília e Escritório Central situado na Avenida Rio Branco, 1 – 4º andar, Centro, Rio de Janeiro é uma empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto nº 8.063/2013, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.304/2010, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), com prazo de duração indeterminado, sendo controlada pela União que detém 100% do capital social, sujeitando-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

A Companhia dispõe de filial em São Paulo na Rua Augusta, nº 101, sala 1016, unidade 3, cuja finalidade é de um estabelecimento fiscal para fins de registro das operações de comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos da União no Estado de São Paulo.

A Companhia presta serviços de gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo MME, serviços de gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União e serviços de representação da União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que as jazidas da área do pré-sal e das áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha de produção, exercendo outras atividades necessárias ao cumprimento de seu objeto social, conforme definido no seu estatuto, doravante referidos como “serviços de gestão de contratos e representação da União”.

Os serviços acima descritos são atribuições legais previstas na Lei nº 12.304/2010, sendo serviços prestados de forma recorrente, mensal e contínua exclusivamente à União, representada pelo MME.

A Companhia não é responsável pela execução, direta ou indireta, das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 12.304/2010, bem como não presta serviços aos consórcios vencedores das licitações no regime de partilha, a empresas privadas ou a quaisquer terceiros que não seja à União, dispondo de um único contrato de remuneração com a União, representada pelo MME.

Em dezembro de 2021 foi assinado novo contrato, com prazo de vigência até 31/12/2022. Em 31/08/2022, foi assinado um aditivo do contrato de remuneração com o MME com prazo de vigência estendido até 30/06/2023.

O segundo aditivo do contrato de remuneração com o MME foi assinado em 22 de junho de 2023, com a inclusão dos quatro novos contratos de partilha de produção fruto do leilão da

oferta permanente realizado em dezembro passado, e também prorroga o prazo do contrato por 12 meses, estendendo a sua vigência até 30 de junho de 2024.

Em 22 de dezembro de 2023, o MME emitiu o Ofício nº 8/2023/DEPG/SNPGB-MME em seu primeiro parágrafo ratificando as tratativas de renovação do Contrato de Remuneração nº 28/2021, firmado entre este Ministério e a PPSA, com vigência até 30 de junho de 2024, bem como iniciar as tratativas de atualização do contrato entre MME e PPSA, relativamente à remuneração pela gestão e representação da União nos contratos de partilha da produção.

A PPSA não possui quaisquer outras fontes regulares de receitas.

1.1. Bônus de Assinatura

A Resolução CNPE nº 5 de 20 de abril de 2021, que aprovou os parâmetros técnicos e econômicos dos Volumes Excedentes ao Contrato da Cessão Onerosa para realização da Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção, estabeleceu no parágrafo 7, do art. 2º, que, a partir do resultado da licitação, seria destinado à Pré-Sal Petróleo a parcela do bônus de assinatura no valor de R\$ 14,6 milhões (vide Nota Explicativa nº 6 – Receita operacional líquida). Os Contratos de Partilha de Produção de Sépia e Atapu foram assinados em abril de 2022, e o MME pagou a PPSA, subsequentemente, adiantamentos da parcela do bônus de assinatura nos valores de R\$ 1 milhão em maio e R\$ 5,4 milhões em outubro de 2022, respectivamente. Em dezembro de 2022, o MME efetuou o pagamento remanescente no valor de R\$ 8,2 milhões, não restando quaisquer valores em aberto relativos as parcelas do bônus de assinatura.

A Resolução CNPE nº 26 de 09 de dezembro de 2021, que autorizou a licitação do 1º Ciclo no Sistema de Oferta Permanente sob o Regime de Partilha de Produção, estabeleceu no parágrafo 9, do art. 3º, que seria destinado à Pré-Sal Petróleo a parcela do bônus de assinatura no valor total de R\$ 53,80 milhões. Como apenas quatro blocos foram arrematados e a parcela do bônus de assinatura passou a ser calculada proporcionalmente ao bônus arrecadado, os valores anteriormente aprovados para a PPSA passaram de R\$ 53,80 milhões para R\$ 38,42 milhões.

O MME pagou a PPSA, subsequentemente, adiantamentos da parcela do bônus de assinatura nos valores R\$ 20,00 milhões em junho de 2023, R\$ 3 milhões em julho de 2023, R\$ 6 milhões em agosto de 2023, R\$ 5,2 milhões em setembro de 2023 e o valor remanescente de R\$ 4,22 milhões em outubro de 2023 respectivamente, não restando quaisquer valores em aberto relativos as parcelas do bônus de assinatura

2. Base de preparação das demonstrações contábeis.

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC aprovadas pelo CFC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis definidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A data de aprovação das demonstrações contábeis para fins das normas de auditoria é a primeira data em que as pessoas com autoridade reconhecida determinam que todos os quadros que compõem as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, foram elaborados e que as pessoas com autoridade reconhecida assumiram responsabilidade por essas demonstrações contábeis.

Em conformidade com a competência prevista no artigo 22, letra “d” do Regimento Interno, a Gerência de Controle e Finanças aprovou as demonstrações contábeis da Companhia com informações comparativas ao período anterior em 26 de fevereiro de 2024.

Os detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e as principais mudanças estão apresentados na Nota Explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de curto e longo prazo registradas no balanço. A Companhia apresentou lucro líquido no valor de R\$ 34.039 mil para o período findo em 31 de dezembro de 2023 e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 162.399 mil.

A Administração julga não existir incertezas significativas relacionadas a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto a sua capacidade de continuidade operacional.

O julgamento significativo realizado pela Administração é pautado na consolidação do marco regulatório do regime de partilha, com a promulgação da Lei nº 13.679/2018, que alterou as Leis nº 12.304/2010, e nº 12.351/2010 e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos e na carteira de contratos de partilha de produção, acordos de individualização da produção e contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União sob gestão da Companhia.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 9 – Caixa e equivalentes de caixa
- Nota Explicativa 16 – Direito de uso - arrendamentos
- Nota Explicativa 17 – Fornecedores
- Nota Explicativa 23 – Receita operacional líquida

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos

contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 16 – Direito de uso - arrendamentos (passivo)
- Nota Explicativa 17 – Fornecedores
- Nota Explicativa 20 – Obrigações por cessão de pessoal
- Nota Explicativa 29 – Contingências

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

No balanço patrimonial, os elementos dos ativos e passivos estão avaliados segundo critérios de avaliação dispostos nos artigos 183 e 184 da Lei nº 6.404/1976.

6. Resumo das principais políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

As aplicações financeiras são instrumentos financeiros considerados como de baixo risco de crédito nos termos do parágrafo B5.5.23 do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (vide política contábil “Instrumentos financeiros”).

Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber faturados ao MME pela prestação de serviços de gestão de contratos e representação da União, de atribuição privativa da Pré-Sal Petróleo, fornecidos exclusivamente à União, no curso normal das atividades da Companhia que não tenham sido pagos.

Poderá incluir também parcela de bônus de assinatura destinadas à Companhia, de forma independente e sem obrigação de performance, estabelecida conforme o art. 7º, inciso I, da Lei nº 12.304/2010, cuja competência de atribuição é conferida ao MME, nos termos do art. 10, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 12.351/2010, faturadas ao MME, que não tenham sido pagas.

Impostos a recuperar ou compensáveis

Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre as receitas de prestação de serviços da Companhia. A Companhia tem o procedimento de recuperar o máximo possível dos tributos dentro do mesmo exercício social, respeitadas as exigências legais.

Adiantamentos a empregados

Os adiantamentos a empregados compreendem valores pagos a título de adiantamento de férias e parcela do 13º salário, conforme legislação trabalhista vigente.

Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente são registradas pelo valor efetivamente pago e são reconhecidas no resultado à medida que seus benefícios são obtidos ou quando não há expectativa de recuperação do valor pago.

Comercialização de petróleo e gás natural da União

A comercialização de petróleo e gás natural da União é contabilizada de forma segregada e está registrada no ativo e passivo circulante da Companhia devido à liquidez dos recursos da União administrados.

Para fins de melhor apresentação das demonstrações contábeis, e prezando pela transparência dos números, a Administração adotou a eliminação dos saldos das operações de comercialização da União do ativo circulante e não circulante, através de rubrica de compensação, na medida em que que a PPSA atua apenas como representante da União (vide Nota Explicativa nº 14 – Comercialização de Petróleo e Gás Natural da União).

As operações de comercialização de petróleo e gás natural da União realizadas pela Companhia nos termos da Resolução CNPE nº 15 de 2018 possuem efeito nulo no balanço patrimonial e não tem impacto na demonstração de resultado da Companhia, sendo todas as operações contabilizadas de forma apartada.

Em 29 de outubro de 2018, a Resolução CNPE nº 15 estabeleceu a política de comercialização do petróleo e do gás natural da União. Esta política definiu em seu artigo 3º que a receita advinda da comercialização do petróleo e do gás natural da União, após a dedução dos tributos incidentes e dos gastos diretamente relacionados à comercialização, deve ser depositada diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional para destinação legal.

Também determinou no parágrafo primeiro do mesmo artigo que os tributos incidentes e os gastos diretamente relacionados à comercialização do petróleo e do gás natural da União deverão ser depositados em conta informada pela Pré-Sal Petróleo, que obrigatoriamente os contabilizará de forma clara e apartada da sua própria contabilidade.

Definiu ainda, no artigo 6º, que a Companhia é a representante da União para fins de transferência da propriedade do petróleo e do gás natural.

Arrendamento mercantil

Com a adoção do CPC06(R2), a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da amortização dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira apurada com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

A Companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos), sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que anteriormente eram apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais passaram a ser apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos dos passivos de arrendamento. Contudo, essa alteração não gerou impactos na posição líquida do fluxo de caixa da Companhia.

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu à valor presente R\$ 7.832 mil em direito de uso dos arrendamentos mercantil no ativo e no passivo em virtude de a mensuração dos

ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento; tais mudanças não impactaram o seu patrimônio líquido.

Os ativos de direito de uso apresentados no ativo não circulante, representam principalmente os seguintes ativos subjacentes: aluguel de espaço físico (matriz e escritório central) e aluguel de equipamentos de informática. Os passivos de arrendamento mercantil estão sendo apresentados no curto e longo prazo em linha própria nas demonstrações contábeis da Companhia.

Durante o exercício de 2023, a demonstração de fluxo de caixa da Companhia foi impactada por uma mudança dos recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento de R\$ 2.002 mil. A taxa de juros dos passivos de arrendamento na adoção inicial foi de 7,57% a.a, e a taxa utilizada para 2023 é de 12,36% a.a.

A adoção desse pronunciamento não ocasionou alterações nas práticas de negócio da Companhia e não houve a necessidade de renegociação de cláusulas existentes nos contratos enquadrados.

Imobilizado

Estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 27.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos – 10 anos
Equipamentos de informática – 5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros – 5 anos
Móveis e utensílios – 10 anos

Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo reconhecida no resultado. A vida útil estimada dos softwares – direito de uso é de 5 anos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se estes puderem ser mensurados de maneira confiável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento serão capitalizados pelo valor de custo, sendo amortizados pela vida útil estimada e reduzidos por perdas do valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Fornecedores

Contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor de face da obrigação ou pela estimativa de desembolso que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

Demais ativos e passivos (circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social refere-se apenas ao imposto de renda e contribuição social corrente, com base no regime de tributação do lucro real com apuração anual. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Capital social e remuneração ao acionista

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração do acionista se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são ativos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo, classificados no circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo circulante, sendo as variações do valor justo registradas, respectivamente, nas contas “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”.

Em 31 de dezembro de 2023, a Pré-Sal Petróleo não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, descontos obtidos, atualizações monetárias de créditos ativos e variações cambiais provenientes do contas a pagar com fornecedores internacionais. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam despesas bancárias e atualizações monetárias de obrigações contratuais, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas.

Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta de duas parcelas, conforme disposto no inciso I, do artigo 7º da Lei nº 12.304/2010 e amparada por contrato de remuneração assinado com a União em 30/11/2015. São as parcelas da receita operacional:

- (i). Receita recorrente, mensal e contínua gerada a partir da prestação de serviços de gestão de contratos e representação da União de atribuição privativa da Companhia e fornecidos exclusivamente à União, conforme competências legais previstas no *caput* do artigo 2º e nos incisos I a V do artigo 4º da Lei nº 12.304/2010, destinada a cobrir o custo dos serviços prestados e despesas operacionais; e
- (ii). Receita sazonal relativa à parcela de bônus de assinatura destinadas à Companhia, de forma independente e sem obrigação de performance, a partir da liquidação por parte da União, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320/1964, observados os princípios da eficiência e da economicidade, destinada à realização de investimentos e projetos especiais.

A receita recorrente, mensal e contínua gerada a partir da prestação de serviços de gestão de contratos e representação da União descrita no item (i) é contabilizada com base no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”), que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente (União, representada pelo MME) obtém o controle dos bens ou serviços (obrigação de performance), configurado pelo aceite dos serviços.

A receita sazonal relativa à parcela de bônus de assinatura destinadas à Companhia descrita no item (ii), quando e se atribuídas à Companhia pelo MME, são receitas não recorrentes e não vinculadas a serviços regulares da Pré-Sal Petróleo em troca de contraprestação. Por esta razão, as parcelas dos bônus de assinatura não trazem obrigações de performance e são reconhecidas, com base no CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, na liquidação da

despesa pela União, representada pelo MME, nos termos do art. 63, seus parágrafos e incisos da Lei nº 4.320/1964.

Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são despesas diretamente relacionadas à prestação dos serviços incluindo pessoal e encargos, serviços de terceiros, depreciação e amortização correlatas às áreas técnicas. Os custos são registrados no regime de competência. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

7. Demonstração do Fluxo de Caixa

A demonstração do fluxo de caixa é preparada e apresentada de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa, emitido pelo CPC. A Companhia optou pelo método indireto.

8. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração faz parte integrante das demonstrações contábeis. Em sua primeira parte, a DVA apresenta riqueza criada pela entidade, representada pelas receitas de faturamento, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, energia e serviços de terceiros) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco conta movimento	101	100
Aplicações financeiras	181.540	144.407
Total	181.641	144.507

As aplicações financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., no fundo BB Extra mercado FAE Fundo de Investimento de Renda Fixa, nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu mecanismos para as aplicações das Companhias integrantes da Administração Federal Indireta.

A Companhia não dispõe de metodologia ou procedimento para avaliação e classificação de risco de crédito interna. Assim sendo, utilizou-se na data do balanço, da classificação externa de “grau de investimento” para os títulos que compõem a carteira de investimentos do fundo. O Grau de Investimento refere-se a fundos que investem no mínimo 80% (oitenta por cento) da

carteira em títulos públicos federais, ativos com baixo risco de crédito do mercado doméstico ou externo, ou sintetizados via derivativos, com registro das câmaras de compensação.

A Companhia analisou o risco de crédito da carteira do fundo, a fim de identificar potenciais ajustes decorrentes de uma deterioração do risco de crédito da carteira do fundo.

Em 31 de dezembro de 2023, a composição do fundo BB Extramercado FAE Fundo de Investimento de Renda Fixa está representada, em sua totalidade, por títulos públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos, que representam um risco de crédito insignificante a ser considerado.

10. Impostos a recuperar ou compensáveis

Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda retido na fonte - Serviços	-	417
ISS a recuperar	23	-
Total	23	417

Não circulante	31/12/2023	31/12/2022
PIS a recuperar	27	25
COFINS a recuperar	114	102
Saldo negativo de IRPJ	-	2.964
Total	141	3.091

Movimentação	Saldo
Saldo de Impostos a recuperar ou compensáveis em 31/12/2022	3.508
Entradas de créditos tributários em 2023 (inclui atualização com base na SELIC)	11.637
Restituição crédito tributário (Saldo negativo de IRPJ)	(1.227)
Compensação de tributos em 2023	(13.754)
Saldo de Impostos a recuperar ou compensáveis em 31/12/2023	164

11. Adiantamentos a empregados

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de Férias	16	83
Fundo Rotativo	4	4
Total	20	87

A variação em adiantamento de férias ocorreu por mudança no período de concessão de férias.

12. Adiantamentos a terceiros

Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de fornecedores	-	2
Adiantamento diversos	-	80
Total	-	82

Não Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento diversos (i)	80	-
Total	80	-

(i) A conta de adiantamento diversos, refere-se ao pagamento do dano causado a terceiros, em razão da ocorrência de falhas na execução de obra para adequação das instalações do Escritório Central da PPSA.

13. Despesas antecipadas

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmio de Seguros Pagos Antecipadamente (i)	29	28
Assinaturas e anuidades	18	207
Anuidade - Provedores de Informações (ii)	269	11
Contrato de Manutenção de Software (iii)	-	368
Outras Despesas antecipadas (iv)	-	569
Total	316	1.183

(i) Em 15/04/2023, a Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil – RC-D&O (vide Nota Explicativa nº 30), pelo período de vigência de 12 meses conforme apólice.

(ii) Em 06/08/2023, a Companhia assinou contrato de 12 meses com a S&P GLOBAL – PLATTS, com pagamento de parcela única, referente a licença para uso de plataforma digital, que fornece à Companhia informações em tempo real e também de dados históricos relativos aos preços dos petróleos e derivados, além de relatórios de demanda global de petróleo e margens correspondentes para vários tipos de petróleo bruto em todo o mundo (crude oil).

(iii) Em 11/06/2018, a Companhia assinou contrato de 5 anos com a UZTECH Soluções e Informática para o fornecimento de sistema integrado e parametrizável de tecnologia da informação na modalidade “*Software as a Service*”, que foi delineado a partir do mapeamento de processos para permitir a customização do Sistema de Gestão de Partilha da Produção (SGPP). Os gastos registrados como despesa antecipada correspondem aos valores de planejamento e arquitetura da solução que serão apropriados ao resultado ao longo de 5 anos. Ao final do contrato, a Companhia somente manterá a propriedade intelectual dos processos e informações lançadas no SGPP, mas não disporá da propriedade do software desenvolvido.

(iv) Em 05/10/2020, a Companhia assinou contrato de 36 meses com IT ONE Tecnologia da Informação S.A. para fornecimento de garantia Dell para equipamentos de seu *Datacenter*. Com a garantia, fica minimizado o risco de perda de informação ou interrupção de serviços essenciais, uma vez que qualquer dispositivo de *hardware* ou *software* está suscetível a falhas.

14. Comercialização de petróleo e gás natural da União

Em 29 de outubro de 2018, o CNPE editou a Resolução nº 15 que estabeleceu a política de comercialização do petróleo e do gás natural da União. Nos termos do artigo 3º dessa resolução, a receita advinda da comercialização do petróleo e do gás natural da União, após a dedução dos tributos incidentes e dos gastos diretamente relacionados à comercialização, deve ser depositada diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional para destinação legal, não constituindo receita operacional da Companhia.

O parágrafo primeiro do artigo 3º define ainda que os tributos incidentes e os gastos diretamente relacionados à comercialização do petróleo e do gás natural da União deverão ser depositados em conta informada pela PPSA, que obrigatoriamente os contabilizará de forma clara e apartada da sua própria contabilidade. Definiu ainda no artigo 6º que a Companhia é a representante da União para fins de transferência da propriedade do petróleo e do gás natural.

O quadro abaixo detalha os saldos das operações de comercialização da União representados no ativo e passivo circulantes e não circulantes do Balanço Patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Ativo Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Caixas e equivalentes de caixa (i)	173.467	150.649
Contas a receber (ii)	431.332	252.536
Outros recebíveis (iii)	205	-
Antecipação a terceiros (iv)	439.233	297.480
ICMS a recuperar (v)	87.846	143.101
Estoque (vi)	1.008.520	983.337
Total	2.140.603	1.827.103

Ativo não circulante	31/12/2023	31/12/2022
ICMS a recuperar (vii)	40.028	-
Total	40.028	-

Passivo circulante	31/12/2023	31/12/2022
Comercialização a arrecadar ao Fundo Social	431.332	252.536
Gastos de Comercialização a liquidar	301.546	293.750
Produção a comercializar (viii)	807.747	1.280.817
Total	1.540.625	1.827.103

Passivo não circulante	31/12/2023	31/12/2022
Produção a comercializar (viii)	640.006	-
Total	640.006	-

- (i) O caixa e equivalente de caixa corresponde a recursos financeiros da União que estão depositados em conta exclusiva junto ao Banco do Brasil para pagamento dos tributos

incidentes e gastos relacionados diretamente à comercialização do petróleo da União, nos termos do parágrafo 1º do artigo 3º da Resolução nº 15 do CNPE, cuja contrapartida está registrada no passivo circulante na rubrica “Gastos de comercialização a liquidar”. Esses recursos têm restrições de uso, sendo vedado seu uso nas operações da Companhia;

- (ii) Valor referente a venda de petróleo e gás natural da União a ser recolhida pelo adquirente diretamente à União, nos termos do artigo 6º da Resolução nº 15 do CNPE. A contrapartida está no passivo circulante na rubrica “Comercialização a arrecadar ao Tesouro Nacional”, líquida dos impostos incidentes e compensações de ICMS (vide Nota Explicativa nº 28.b); O prazo de recebimento do contas a receber referente a venda de petróleo e gás natural é de 30 dias;
- (iii) Valor a receber do operador de Libra, referente a Demurrage Claim (sobre-estadia) do navio aliviador Tordis Knutsen da Carga FPL PS 016, cuja contrapartida está registrada no passivo na rubrica “Gastos de comercialização a liquidar”;
- (iv) A antecipação a terceiros se refere a volumes de petróleo emprestados entre os parceiros para formação de cargas nos consórcios em que a Pré-Sal Petróleo representa a União, cuja contrapartida está registrada no passivo na rubrica “Produção a comercializar” e representa a obrigação da Companhia de comercializar tais volumes, sendo reconhecidos entre circulante e não circulante, conforme previsão de formação de cargas;
- (v) Valor referente a ICMS a recuperar sobre as antecipações a parceiros, cuja contrapartida está registrada no passivo circulante na rubrica “Gastos de comercialização a liquidar”. Devido a diminuição dos saldos dos estoques, nossa exposição ao ICMS também diminuiu, levando ao reconhecimento do ICMS no Ativo não circulante a partir do 1º trimestre de 2023;
- (vi) Valor correspondente ao estoque de petróleo da União em 31 de dezembro de 2023, cuja contrapartida está registrada no passivo na rubrica “Produção à Comercializar” representando a obrigação da companhia de comercializar tais volumes. Os valores são reconhecidos no circulante e não circulante, conforme previsão de comercialização dos volumes do estoque;
- (vii) Valor referente à ICMS a recuperar conforme apuração fiscal, oriundos das operações de empréstimos de óleo;
- (viii) Os valores correspondentes a “Produção a Comercializar” referente aos projetos de Tupi, Tartaruga verde e Itapu foram reconhecidos no passivo não circulante, considerando o baixo percentual de produção, tendo estimativa de comercialização de volumes em 2025. Os demais projetos continuam no passivo circulante.

As operações de comercialização de petróleo e gás natural da União realizadas pela Companhia nos termos da Resolução CNPE nº 15 possuem efeito nulo no Balanço Patrimonial, e não tem impacto na Demonstração de Resultado da Companhia.

Esta nota explicativa atende ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei nº 13.303/2016, quanto à divulgação dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional.

15. Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado	31/12/2023	31/12/2022
Móveis e utensílios	914	914
Equipamentos de informática	4.582	4.574
Benfeitorias	3.966	3.966
Máquinas e equipamentos	66	66
Obras em Andamento	-	43
Depreciação acumulada	(6.232)	(4.787)
Total	3.296	4.776

Movimentação Imobilizado	31/12/2022	Adição	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Móveis e utensílios	914	-	-	-	914
(-) Depreciação acumulada - móveis e utensílios	(268)	-	-	(92)	(360)
Equipamentos de informática	4.574	162	(154)	-	4.582
(-) Depreciação acumulada – equipamentos de informática	(3.843)	-	24	(322)	(4.141)
Benfeitorias	3.966	-	-	-	3.966
(-) Depreciação acumulada – benfeitorias	(655)	-	-	(1.046)	(1.701)
Máquinas e equipamentos	66	-	-	-	66
(-) Depreciação acumulada - máquinas e equipamentos	(21)	-	-	(9)	(30)
Obras em Andamento	43	-	(43)	-	-
Total	4.776	162	(173)	(1.469)	3.296

Os equipamentos de informática correspondem a servidores, switches, equipamento de videoconferência, equipamentos do *datacenter* e *workstations* especializadas. As obras em andamento referem-se pequenas reformas no Escritório Central do Rio de Janeiro.

b) Intangível	31/12/2023	31/12/2022
Softwares	46.955	37.061
Softwares - desenvolvimento próprio	1.770	1.770
Amortização acumulada	(34.880)	(24.733)
Total	13.845	14.098

Movimentação Intangível	31/12/2022	Adição	Amortização	31/12/2023
Softwares – direito de uso	37.061	9.894	-	46.955
(-) Amortização - softwares – direito de uso	(23.671)	-	(9.793)	(33.464)
Softwares - desenvolvimento próprio	1.770	-	-	1.770
(-) Amortização - softwares - desenvolvimento próprio	(1.062)	-	(354)	(1.416)
Total	14.098	9.894	(10.147)	13.845

Os *softwares* correspondem a direito de uso de licenças de *softwares* especialistas como *Petrel*, *Vmware*, *Geolog*, entre outros. Os gastos de desenvolvimento do SGPP correspondem a serviços de consultoria realizados no mapeamento de processos e desenvolvimento de propriedade intelectual para permitir a customização do SGPP.

Em 2020, foram assinados contratos de aquisição de softwares com os fornecedores internacionais, RFD Rock Flow Dynamics Inc. e Geoquest Systems B.V. Em 2023 foi assinado um contrato de licença de uso de software na modalidade “Software as a Service” (SaaS) com a Uztech Soluções e Informática S.A.

O software fornecido pela RFD Rock Flow Dynamics Inc. é voltado para simulação de reservatórios e de análise de incertezas integradas e o software Petrel, fornecido pela Geoquest Systems B.V., foi contratado na modalidade de processamento em Nuvem, denominado Delfi sendo voltado para modelagem geológica e geofísica de reservatórios.

O licenciamento de software fornecido pela Uztech Soluções e Informática S.A, foi contratado na modalidade “Software as a Service” (SaaS), com suporte técnico especializado para manutenção adaptativa, corretiva, evolutiva e preventiva do ambiente tecnológico que compõe o Sistema de Gestão da Partilha da Produção da Pré-Sal Petróleo S.A. – SGPP. O mesmo foi registrado no ativo intangível, pois faz parte da propriedade intelectual da Companhia e não será comercializado ao mercado.

Conforme determinam as normas contábeis, ao final do exercício a Companhia revisou as taxas de depreciação, vida útil e valor residual dos ativos imobilizado e intangível, identificando a necessidade de efetuar algumas alterações nas taxas de depreciação e valor residual de alguns itens.

De acordo com o que determinam o CPC 04, item 102 e CPC 27, item 51, os ajustes de valor residual foram considerados como mudança de estimativa, sendo os respectivos efeitos ajustados nas contas patrimoniais e refletidos no resultado da companhia, nos montantes: R\$ 848 mil em Benfeitorias e R\$ 3 mil em Máquinas e Equipamentos, para o ativo imobilizado, e R\$ 1.778 mil em Software referentes aos contratos Rock Flow e Geoquest, sendo nos valores de R\$ 123 mil e R\$ 1.655 mil respectivamente.

16. Direito de uso - arrendamentos

Pela adoção inicial do CPC06(R2), a Companhia reconheceu em 2019, no ativo não circulante, os ativos de direito de uso relativos aos contratos de arrendamento conforme quadro abaixo:

Ativo não circulante	Saldo em 31/12/2022	Remensuração/ Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Aluguel espaço físico	1.763	(483)	(981)	299
Aluguel equipamentos de informática	1.843	(645)	(601)	597
Total	3.606	(1.128)	(1.582)	896

O custo inicial atribuído aos arrendamentos corresponde ao valor presente das obrigações dos contratos enquadrados no CPC06(R2) em cada classe de ativo subjacente. Igualmente, pela adoção inicial do CPC06(R2), a Companhia reconheceu a dívida total relativa aos contratos de arrendamento conforme quadro abaixo:

Passivo de curto e longo prazo	Saldo em 31/12/2022	Remensuração/ Adição	Pagamentos	Encargos incorridos	Saldo final em 31/12/2023
Aluguel espaço físico	1.703	(483)	(1.513)	602	309
Aluguel equipamentos de informática	2.052	(645)	(489)	82	1.000
Total	3.755	(1.128)	(2.002)	684	1.309

No segundo trimestre de 2022, a Companhia reconheceu um novo contrato de ativo de direito de uso, relativo a aluguel de equipamentos de informática nas condições e especificações indicadas no termo de referência Anexo I do Edital do Pregão nº PE.PPSA.001/2022

As vidas úteis aplicadas referem-se aos prazos contratuais pelos quais a Companhia tem segurança de que utilizará os ativos objeto dos contratos de arrendamento mercantil, observando as condições contratuais. A segregação do saldo total da dívida em curto e longo prazo está demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	1.096	2.150
Não circulante	213	1.605
Total	1.309	3.755

17. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios para os quais a nota fiscal foi recebida e registrada dentro da competência. As provisões a fornecedores correspondem a serviços executados e não faturados pelo fornecedor, cujos valores de provisão refletem a melhor estimativa da Companhia (Vide Nota Explicativa nº 4 b).

O item 2.4 do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, determina que a Companhia exerça julgamento àqueles contratos de compra e venda de item não financeiro, como se os contratos fossem instrumentos financeiros, com exceção dos contratos que foram celebrados e continuam a ser mantidos para fins de recebimento ou entrega de item não financeiro, de acordo com os requisitos de compra, venda ou uso esperados da entidade.

A totalidade dos contratos de compra e venda de bens e serviços da Companhia são celebrados para fins de recebimento ou entrega do item não financeiro objeto do contrato, por essa razão a Companhia avaliou que não há impacto na adoção da norma supracitada.

Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar a fornecedores - Curto prazo	2.718	1.307
Provisão dos fornecedores	-	43
Total	2.718	1.350

As contas a pagar de curto prazo referem-se às obrigações com aquisição de insumos, ativo imobilizado e intangíveis, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais para as quais a Companhia recebeu documento fiscal.

Não Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar a fornecedores nacionais (i)	4.512	-
Contas a pagar a fornecedores exterior (ii)	3.809	9.804
Total	8.321	9.804

(i) As contas a pagar com fornecedores nacionais apresentaram um aumento significativo devido a assinatura do contrato de licença de uso de softwares na modalidade “Software as a Service” (SaaS), no valor de R\$ 6.603 mil, assinado em 23/05/2023 com a Uztech Soluções e Informática S.A. pelo prazo de 60 meses, onde parte foi reconhecido no circulante e parte no não circulante.

(ii) As contas a pagar com fornecedores do exterior, reconhecidos no passivo não circulante, referem-se aos contratos de licença de uso de softwares assinados em 2020, com RFD Rock Flow Dynamics Inc. e Geoquest Systems B.V., pelo período de 58 meses e 48 meses, respectivamente.

O software fornecido pela RFD Rock Flow Dynamics Inc. é voltado para simulação de reservatórios e de análise de incertezas integradas e o software Petrel, fornecido pela Geoquest Systems B.V., foi contratado na modalidade de processamento em nuvem, denominado Delfi, sendo voltado para modelagem geológica e geofísica de reservatórios.

O licenciamento de Software fornecido pela Uztech Soluções e Informática Ltda. foi na modalidade de “Software as a Service” (SaaS), com suporte técnico especializado para manutenção adaptativa, corretiva, evolutiva e preventiva do ambiente tecnológico que compõe o Sistema de Gestão da Partilha da Produção da Pré-Sal Petróleo S.A. – SGPP.

18. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições retidas na fonte	1.278	1.250
ISS	-	28
COFINS	444	759
PIS	93	161
IRPJ	714	-
CSLL	391	422
INSS a recolher	704	737
FGTS a recolher	270	284
Total	3.894	3.641

19. Provisões para férias e 13º salário

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	3.733	3.721
Total	3.733	3.721

20. Obrigações por cessão de pessoal

A cessão de pessoal caracteriza-se pelo empréstimo de servidores públicos para a Companhia. Os valores a pagar constituem ressarcimento aos órgãos de origem pela cessão de pessoal e

incluem provisões por cobranças não faturadas pelos respectivos órgãos, que refletem a melhor estimativa da Companhia (Vide Nota Explicativa nº 4b).

	31/12/2023	31/12/2022
Controladoria-Geral da União - CGU	48	44
Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - (ANP)	28	-
Total	76	44

21. Dividendos a pagar

O acionista (União) tem direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, com pagamento, salvo deliberação em contrário da Assembleia-Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social, nos termos do parágrafo 3º do artigo 205 da Lei nº 6.404/1976.

Maiores esclarecimentos acerca de política de distribuição de dividendos da Companhia poderão ser encontrados no sítio eletrônico <http://www.presalpetroleo.gov.br>.

	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos a pagar	8.084	3.887
Total	8.084	3.887

A Companhia pagou, no dia 11 de maio de 2023, o valor de R\$ 3.887 mil relativo aos dividendos mínimos obrigatórios destinados no exercício de 2022, tendo liquidado totalmente essa obrigação.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou o montante de R\$ 8.084 mil, referente aos dividendos mínimos obrigatórios

22. Patrimônio líquido

O capital social subscrito no artigo 3º do Decreto nº 8.063/2013 é de R\$ 93.333.141,38 representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2021, decidiu pelo aumento do capital social por meio da capitalização de parte das reservas de lucros referentes a recursos já investidos na Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 43.333.141,38, passando o capital social da Companhia de R\$ 50.000.000,00 para R\$ 93.333.141,38, representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A União é acionista detentora de 100% do capital social da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	93.333	93.333
Reserva legal	8.437	6.735
Reserva de retenção de lucros	70.353	46.099
Total	172.123	146.167

Destinação do Lucro Líquido do Período

O artigo 86 do Estatuto Social da Companhia estabelece que, observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) absorção de prejuízos acumulados; (ii) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá em 20% (vinte por cento) do capital social; e (iii) no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Companhia.

Em 31 dezembro de 2023, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 34.039 mil, em parte justificado pelo mencionado recebimento das parcelas do bônus de assinatura (vide item 1.1) e pelas receitas de aplicação financeira geradas ao longo do ano. Após a constituição da reserva legal de R\$ 1.702 mil, o Conselho de Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendo mínimo no montante de R\$ 8.084 mil, nos termos do inciso III do artigo 86 do atual Estatuto Social em vigor, e a constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 24.253 mil com o restante do saldo dos lucros acumulados vis-à-vis os investimentos de longo prazo previstos da Companhia e detalhados na proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2023 submetida à aprovação da Assembleia-Geral.

Nos termos do parágrafo único do artigo 86 do Estatuto Social, a retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia-Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

23. Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta de duas parcelas, conforme disposto no inciso I, do artigo 7º da Lei nº 12.304/2010 e amparada por contrato de remuneração assinado com a União em 30/11/2015 (vide Nota Explicativa nº 6).

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços - gestão de contratos e representação da União (i)	90.886	76.451
Receita bruta de serviços - bônus de assinatura de contratos (ii)	38.419	14.604
(-) Impostos sobre faturamento (14,25%)	(18.426)	(12.975)
Total	110.879	78.080

(i) Receita recorrente, mensal e contínua gerada a partir da prestação de serviços de gestão de contratos e representação da União de atribuição privativa da Companhia e fornecidos exclusivamente à União, conforme competências legais previstas no *caput* do artigo 2º e nos incisos I a V do artigo 4º da Lei nº 12.304/2010, destinada a cobrir o custo dos serviços prestados e despesas operacionais.

(ii) Receita sazonal relativa à parcela de bônus de assinatura destinadas à Companhia, de forma independente e sem obrigação de performance, a partir da liquidação por parte da União, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320/1964, observados os princípios da eficiência e da economicidade, destinada à realização de investimentos e projetos especiais.

Os tributos sobre faturamento são o ISS (5%), PIS (1,65%) e COFINS (7,60%).

24. Custo dos serviços prestados

A prestação de serviços da Companhia ocorre a partir da alocação de recursos humanos que compõem o corpo técnico diretamente correlacionado à prestação dos serviços. Desta forma, o maior componente no custo dos serviços prestados é pessoal e encargos, conforme quadro abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(25.261)	(23.309)
Encargos sociais	(8.212)	(7.871)
Plano de saúde	(255)	(223)
Outros custos com pessoal	(318)	(201)
Serviços de terceiros	(8.837)	(9.774)
Outros serviços e materiais	(14)	(7)
Utilidades e serviços	(52)	(16)
Depreciação e amortização	(10.131)	(7.007)
Baixa de depreciação referente a devolução de imobilizado	14	-
Arrendamento mercantil	(600)	(634)
Total	(53.666)	(49.042)

25. Despesas operacionais

As despesas operacionais correspondem às demais áreas de apoio da Companhia que dão suporte às áreas técnicas e gastos administrativos. O maior componente é pessoal e encargos, conforme quadro abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(9.380)	(9.221)
Encargos sociais	(2.787)	(2.722)
Plano de saúde	(158)	(118)
Outros custos com pessoal	(324)	(229)
Serviços de terceiros	(8.158)	(7.798)
Outros serviços e materiais	(35)	(13)
Utilidades e serviços	(372)	(338)
Depreciação e amortização	(1.485)	(647)
Arrendamento mercantil	(911)	(1.432)
Tributos e encargos parafiscais	(966)	(708)
Resultado na baixa do imobilizado	(5)	-
Total	(24.581)	(23.226)

26. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras	19.994	14.416
Descontos obtidos	-	55
Outras receitas financeiras (i)	1.494	3.904
Despesas financeiras (ii)	(878)	(2.328)
Juros sobre arrendamento mercantil	(634)	(106)
Total	19.976	15.941

(i) e (ii) Referem-se, majoritariamente, à variação cambial proveniente de atualização do saldo a pagar dos contratos de licença de uso de softwares assinados em 2020 com os fornecedores internacionais RFD Rock Flow Dynamics Inc., e Geoquest Systems B.V. (Vide nota explicativa nº 15b - Intangível).

(i) No exercício de 2023, foi gerado R\$ 1.240 mil de receita de variação cambial, sendo R\$ 220 mil do contrato com a RFD Rock Flow Dynamics Inc e R\$ 1.020 mil do contrato com a Geoquest Systems B.V. No exercício de 2022, foi gerado R\$ 3.432 mil de receita de variação cambial, sendo R\$ 552 mil do contrato com a RFD Rock Flow Dynamics Inc e R\$ 2.880 mil do contrato com a Geoquest Systems B.V.

(ii) No exercício de 2023, o valor total de despesa de variação cambial foi de R\$ 690 mil, sendo 124 mil do contrato RFD Rock Flow Dynamics Inc e R\$ 566 mil do contrato com a Geoquest Systems B.V. No exercício de 2022, o valor total de despesa de variação cambial foi de R\$ 2.318 mil, sendo 376 mil do contrato RFD Rock Flow Dynamics Inc e R\$ 1.942 mil do contrato com a Geoquest Systems B.V.

27. Provisão para o imposto de renda e contribuição social

A Pré-Sal Petróleo optou nos anos base 2023 e 2022 pela tributação com base lucro real anual e apuração mensal. O lucro real é o resultado do lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões legais.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para imposto de renda	(13.455)	(3.954)
Provisão para contribuição social	(4.924)	(1.432)
Incentivo Fiscal (i)	(200)	-
Total	(18.579)	(5.386)

(i) Em dezembro de 2023 a Companhia realizou a doação de R\$ 200 mil conforme estabelece os artigos 26 e 18 da Lei 8.313/91 ("Lei Rouanet") ao Projeto Requalificação do Salão de Rochas e Minerais do Museu de Ciências da Terra - Portaria 743/23 publicada no DOU em 11/12/2023. Conforme § 1º da Lei Rouanet, os contribuintes podem deduzir do imposto de renda devido as quantias efetivamente despendidas nos projetos abrangidos pela Lei e aprovados pelo Ministério da Cultura, nos limites e nas condições estabelecidos na legislação do imposto de renda vigente.

28. Transações com partes relacionadas

a) *Pessoal Chave*

A Companhia é dirigida por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, conforme disposto no artigo 140 da Lei no 6.404/1976 e no Estatuto Social da Companhia.

Os diretores executivos são eleitos pelo Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 142 da Lei no 6.404/1976 e no Estatuto Social da Companhia. A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor-Presidente, Diretor de Gestão de Contratos, Diretor Técnico e Diretor de Administração, Finanças e Comercialização.

O Comitê de Auditoria Estatutário iniciou sua atuação em janeiro de 2019, sendo composto por 3 (três) membros selecionados e eleitos pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração foi constituído em junho de 2022. O Comitê é constituído por 3 (três) membros que poderão ser integrantes do Comitê de Auditoria ou do Conselho de Administração, sem remuneração adicional, ou membros externos remunerados, observados os artigos 156 e 165 da Lei nº 6.404/1976.

O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros, eleitos em Assembleia Geral, sendo 2 (dois) conselheiros titulares, e respectivos suplentes, indicados pelo MME, e 1 (um) conselheiro titular, e respectivo suplente, indicado pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.

A remuneração mensal dos membros dos Conselhos da Companhia não excede a dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores da Companhia, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios.

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e da Diretoria Executiva estão no quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e benefícios	5.125	4.799
Encargos sociais	1.108	1.156
Total	6.233	5.955

b) Comercialização de petróleo e gás natural da União

A comercialização de petróleo e gás natural da União referida na Nota Explicativa nº 14 foi realizada com a Petrobras.

Os processos de comercialização destes volumes são geridos por contratos em vigor, que foram celebrados em decorrência de leilões na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), e em condições estritamente comutativas, em observância às condições de mercado. Maiores esclarecimentos acerca dos leilões poderão ser encontrados no sítio eletrônico <http://www.presalpetroleo.gov.br>.

No exercício de 2023, foi destinado à União, o valor de R\$ 6.019 bilhões, que representa a comercialização de aproximadamente 16,32 milhões de barris de petróleo da União e 45,19 milhões de m3 de gás natural da União.

c) Ministério de Minas e Energia

Por orientação do Parecer SEI nº 10/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME, no âmbito do processo SEI nº 10951.100171/2019-61, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, o acionista controlador acatou recomendação contida no Parecer nº 001/2019 de 08/03/2019 do Conselho Fiscal da Companhia abaixo transcrita:

“Esse colegiado entende que a PPSA é parte relacionada com a União, enquanto sua controladora, representada nas operações comerciais pelo ministério supervisor (Ministério de Minas e Energia - MME), uma vez que o CPC 05 (R1) conceitua que transação com partes

relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida (item 9- Definições), sendo que os itens 25 a 27 versam exclusivamente sobre entidade relacionada com o Estado conceituada como a entidade que é controlada, de modo pleno ou conjunto, ou sofre influência significativa do Estado (item 25, letra a). Dessa forma, este conselho fiscal recomenda que a transação entre as referidas partes, MME e PPSA, seja evidenciada em nota explicativa das demonstrações contábeis do encerramento do exercício.”

Conforme disposto nas Notas Explicativas nº6 e nº 23, todas as receitas da Companhia são auferidas exclusivamente por meio de contrato de remuneração, com prazo de vigência do contrato até 30 de junho de 2024.

Em 22 de dezembro de 2023, o MME emitiu o Ofício nº 8/2023/DEPG/SNPGB-MME em seu primeiro parágrafo ratificando as tratativas de renovação do Contrato de Remuneração nº 28/2021 , firmado entre este Ministério e a PPSA, com vigência até 30 de junho de 2024, bem como iniciar as tratativas de atualização do contrato entre MME e PPSA, relativamente à remuneração pela gestão e representação da União nos contratos de partilha da produção.

Em função do 2º Leilão da Oferta Permanente de Partilha de Produção, realizado em dezembro de 2023, um novo contrato de partilha – Tupinambá - será assinado pela PPSA em meados de 2024

A Companhia não dispõe de outros contratos de prestação de serviços ou outras fontes de receitas.

29. Contingências

Passivos contingentes:

- Embargos à Execução n.º 1040170-11.2023.4.01.3400, opostos em 20/04/2023 pela Sintra Construções Empreendimentos Imobiliários e Tecnologia – Eireli, em trâmite perante a 19ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com o objetivo de extinguir a Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 1048557-83.2021.4.01.3400, movida pela PPSA.

Em 25/05/2023, foi juntada a impugnação aos embargos à execução pela PPSA. No dia 04/08/2023, houve juntada de réplica por parte da Sintra.

Atualmente, o processo encontra-se em fase de saneamento, aguardando manifestação acerca da petição que foi juntada.

O valor da causa foi fixado em R\$ 89.066,67 (oitenta e nove mil, sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), que corresponde ao valor da causa da Ação de Execução, e a possibilidade de perda para a PPSA em tal demanda foi classificada até o momento como possível.

Eventual impacto pecuniário envolve a fixação de honorários advocatícios que podem variar entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, acrescido de custas processuais.

30. Cobertura de seguros

Conforme previsão estatutária, a Companhia poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos administradores, conselheiros e membros do Comitê de Auditoria na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra eles relativos às suas atribuições junto à empresa.

Em 15 de abril de 2023, a Companhia contratou a referida cobertura de seguro de responsabilidade civil junto à Starr International Brasil Seguradora S/A. A vigência do seguro é do dia 15/04/2023 ao dia 15/04/2024.

31. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia, nos termos do Pronunciamento Técnico no CPC 24 – Evento Subsequente, declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do -trimestre que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

EVAMAR JOSE DOS SANTOS:37422901691
691
Assinado de forma digital por EVAMAR JOSE DOS SANTOS:37422901691
Dados: 2024.02.28 16:58:32 -03'00'
Evamar José dos Santos
Diretor de Gestão de Contratos

TABITA YALING CHENG LOUREIRO:11050328760
0
Assinado de forma digital por TABITA YALING CHENG LOUREIRO:11050328760
Dados: 2024.02.28 19:31:06 -03'00'
Tabita Yaling Cheng Loureiro
Diretora Técnica e Presidente Interina

SAMIR PASSOS
AWAD:59915315791
Assinado de forma digital por SAMIR PASSOS
AWAD:59915315791
Dados: 2024.02.28 11:35:02 -03'00'

Samir Passos Awad
Diretor de Administração, Finanças e Comercialização

JULIANA NEVES DA SILVA
SABINO:09186300709
709
Assinado de forma digital por JULIANA NEVES DA SILVA
SABINO:09186300709
Dados: 2024.02.28 10:26:04 -03'00'

Juliana Neves da Silva Sabino
Gerente de Controle e Finanças

VICENTE PINHEIRO DE LIMA:30894471856
Assinado de forma digital por VICENTE PINHEIRO DE LIMA:30894471856
Dados: 2024.02.29 10:23:05 -03'00'

Vicente Pinheiro de Lima
Contador - CRC SP 290166/O-0
Cabrera Consulting Assesores Contábeis Ltda.
CRC RJ -009584/F-9